

TRABALHO PRODUTIVO E EDUCAÇÃO¹

Lincoln Secco

Professor do Departamento de História - USP

“Ser trabalhador produtivo não é sorte, mas azar.”

(K. Marx; in *O Capital*)

A classe operária, nos países onde ela existiu em maior número, não fez Revoluções. Ingressou em partidos reformistas e conquistou benefícios sociais para si e para o resto da população mediante uma atividade legalista que transferia parte da mais valia social para si na forma de gastos sociais feitos pelo Estado. Renunciou assim a controlar o fundo de acumulação diretamente. Para o capital houve a garantia de reinvestimento de parte da sua mais valia (deduzidos falsos custos e tributos), da propriedade e do papel dirigente dos empresários ou seus prepostos no processo produtivo.

A classe operária para Marx era o conjunto dos trabalhadores sobre os quais se assentava a reprodução do capital. Ainda no volume primeiro de *O Capital* diz Marx: " (...) por 'proletário' só se deve entender *economicamente* o assalariado que produz e valoriza 'capital' (...)" (Marx, 1983, vol. 1, tomo 1, p. 188). E os trabalhadores que geram serviços improdutivos mas que sustentam, apoiam e auxiliam a reprodução capitalista?

É produtivo para Marx o trabalho que cria mais-valia e se organiza formalmente sob princípios capitalistas, não importando assim a natureza material do produto. O trabalho produtivo não se confunde necessariamente com qualquer atividade assalariada nem diz respeito apenas à materialidade sensível das mercadorias produzidas. Assim, o conceito demarca uma relação historicamente determinada entre o capital e o seu meio de auto-valorização: a força de trabalho.

Mas em que momento do processo global de produção e reprodução capitalista há criação de mais-valia, portanto trabalho produtivo? O processo de reprodução

¹ Uma primeira versão desse artigo em Secco, L. *Trabalho produtivo e serviços educacionais*. Universidade e Sociedade, São Paulo, ano V, n. 8, fev. 1995: 59-67.

ampliada do capital é a unidade das esferas da produção e circulação, bem como é a unidade na diversidade dos três ciclos específicos do capital: monetário, mercantil (comercial) e produtivo.

A esfera da produção implica um tempo de produção e um tempo de trabalho humano efetivamente realizado e objetivado nos produtos. O tempo de produção abrange o próprio tempo de trabalho e o estágio provisório em que os produtos se transformam independentemente da ação humana, por exemplo os processos de fermentação do vinho; abrange ainda o tempo em que as máquinas e ferramentas se desgastam "improdutivamente", "ociosamente" ou "moralmente" (tornam-se obsoletas). Esta parcela fixa do capital é, portanto, latente, está em alqueive (descanso) – "Latente" aqui no sentido de "potencial", segundo concepção física de calor latente, consoante informa Engels em nota (Marx, 1983, vol. 1, tomo 1, p. 188).

Os processos de trabalho humano necessários neste estágio provisório (tempo de produção que excede o tempo de trabalho), como conservação de matérias-primas, operacionalização dos processos físicos, análise e controle de qualidade etc, são produtivos, encarecem as matérias primas e estão subsumidos à esfera do capital produtivo. Somente nos instantes em que o capital produtivo é latente, não há criação de mais-valia.

No momento seguinte, no exterior da esfera produtiva emerge o seu contrário, sem o qual, todavia, não há reprodução de capital, mas do qual, também, não nasce o valor: "Tempo de circulação e tempo de produção excluem-se mutuamente. Durante seu tempo de circulação, o capital não funciona como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valia." (Marx, 1983, vol. II, 91).

Os agentes da circulação não criam valor novo, eles são pagos pelos agentes da produção a partir de uma parcela da mais-valia que é transferida para cobrir os custos de circulação. Estes custos são chamados por Marx de *faux frais* (falsos custos).

No âmbito da circulação toda função é em si e por si mesma improdutiva (exceto os prolongamentos de funções da esfera produtiva), isto porque "o tempo de compra e venda não cria valor" (Marx, 1983, 96). No próprio processo produtivo, já vimos, as funções referentes ao diferencial do tempo de produção e do tempo de trabalho (quando o produto está em descanso) não engendram nem transferem valor — aqui por não consistirem em trabalho humano.

Originalmente, o produtor tendia a vender ele mesmo seus produtos no mercado, mas a tendência do modo de produção capitalista, determinada pela necessidade de acelerar a acumulação de capital, foi concentrar as funções de reprodução do capital em sua fase de circulação sob a responsabilidade de capitalistas exclusivos (comerciantes). Tais agentes de circulação incrementam a velocidade da acumulação via diminuição do tempo da transmutação formal do capital mercantil em monetário:

"Um comerciante (aqui como mero agente da transmutação formal das mercadorias, visto como mero comprador e vendedor) pode encurtar, mediante suas operações, o tempo de compra e de venda de muitos produtores. Ele deve ser considerado então, como uma máquina que diminui o dispêndio inútil de energia ou que ajuda a liberar tempo de produção".(Marx, 1983, vol. II, 97)

O trabalhador empregado pelos comerciantes, conquanto cumpra uma função útil e imprescindível na sociedade capitalista, é improdutivo. Para Marx ele vende sua força de trabalho pelo seu valor (constituído pela soma dos valores dos elementos necessários à reprodução dessa força de trabalho), mas o seu tempo de trabalho necessário é menor do que sua jornada de trabalho, embora ele não gere nem transfira valor novo aos produtos. A parcela da massa social de mais-valia transferida para cobrir os custos de circulação é assim poupada na medida em que tais custos diminuem em virtude do tempo de trabalho não-pago do trabalhador do comércio. Eis o "lucro" do "comerciante" (*lato sensu*), haurido do duplo furto que fraudava a riqueza social em nome do que não paga aos seus empregados.

Parece-nos que há uma confusão aqui ao se tentar mostrar que o comerciário é também "explorado" pelo comerciante. É como se o comerciário tivesse tempo excedente de trabalho mas não gerasse excedente. Ora, o que ele faz então no tempo excedente? É um oxímoron. Uma contradição nos próprios termos da proposição. Para ser coerente com seu próprio argumento, Marx deveria ter considerado o trabalho do comerciário simplesmente improdutivo, sem mais.

O comerciante se apropria de uma parte da mais valia produzida anteriormente (nas indústrias, por exemplo) embutindo nos preços finais seus custos. Tais custos se referem aos gastos com as transações monetárias e aos salários dos comerciários. Todavia, Marx sugere que ele paga aos comerciários menos do que deveria. Em verdade só podemos confirmar isso se medirmos uma jornada média de trabalhador produtivo e observarmos se os comerciários se aproximam desse nível. E em

qualquer caso, do ponto de vista da contabilidade do comerciante, ele vende os produtos pelo preço que pagou, acrescido dos custos (incluindo os salários) e do lucro comercial. Como Marx considera (no primeiro e segundo volumes de sua obra) valor e preço como sinônimos, o comerciante só pode pagar os seus custos com uma parte da mais valia gerada anteriormente.

Os custos puros de circulação são oriundos da simples metamorfose formal do valor, exigida pelo fato de que valores de uso concretos específicos só podem ser intercambiados como valores de troca, a forma social mediada daqueles.

Também é produtivo o trabalho adicional dedicado à conservação do estoque de mercadorias; embora seja contabilizado como *faux frais* não se trata aqui de atividade que decorre apenas da simples metamorfose formal (ideal) do valor; isto porque a transmutação ideal e o intercâmbio real diferem, aquela como momento abstrato, este como troca concreta que exige custos concretos de conservação e transporte e os próprios custos puros incorporados; o intercâmbio real incorpora e supera a transmutação formal e esta é um pressuposto daquele. Quando alguém vende, outro compra e ocorre circulação de mercadorias; a mera transferência do título de propriedade da coisa é um custo puro de circulação originado desta metamorfose formal do capital-mercadoria em capital monetário, mas o intercâmbio em si mesmo exige os custos de conservação e manutenção do estoque enquanto se espera a realização da troca formal e os custos de transporte, para a troca concreta (o movimento físico das mercadorias). É claro que há casos de intercâmbio de bens imóveis, mas mesmo esta exige os custos de conservação acima mencionados.

A troca real incorpora a troca formal. Valor novo é agregado para se diminuir a perda do tempo de espera da realização do capital-mercadoria em capital monetário (venda), já que as mercadorias se degradam sob a ação impiedosa do tempo.

O trabalho absorvido na conservação do estoque propriamente dito (forma concreta do capital-mercadoria) é produtivo e difere das funções formais de mera transferência do direito de propriedade da mercadoria; a conservação é função real exigida pelo metabolismo social real, pelo intercâmbio concreto determinado pela divisão social do trabalho. Do ponto de vista da produção adicional de mais-valia, ocorre o mesmo, *mutatis mutandis*, com o trabalho sob as injunções do capital produtivo latente.

Desse modo, é produtivo o trabalho envolvido na conservação do estoque de carne de um açougue, por exemplo: os funcionários que controlam a temperatura ideal de conservação, que controlam o pH, que cortam as carnes, que embalam etc, são produtivos, mesmo que tais funções estejam sob a égide da esfera da circulação; mas o funcionário que opera a caixa registradora não é produtivo, pois só transfere direito de propriedade e não agrega mais-valia. Serviços de reparo e manutenção de bens duráveis (automóveis, elevadores, eletrodomésticos etc) são produtivos desde que contratados pelo capital e não diretamente por particulares.

Sintetizando, o trabalho realizado sob os auspícios do capital em sua fase de circulação difere em três aspectos principais:

1. Constitui os custos puros de circulação quando opera a simples metamorfose formal $M' - D'$ (mercadoria já valorizada que é vendida); o trabalho efetuado é, então, improdutivo, pois é dedução da riqueza social gerada no âmbito do capital produtivo, logo é diminuição da força produtiva social do trabalho, já que uma parte da classe trabalhadora é deslocada da "produção";
2. Se compõe os custos de conservação é produtivo (gera mais-valia).
3. O trabalho de transportar as mercadorias é produtivo sob qualquer aspecto, porque agrega mais-valia e é atributo de todas as formações sociais da história. Entretanto, no modo de produção capitalista, aparece como extensão de uma atividade produtiva dentro do processo de circulação do capital.

Os Serviços

Um motorista de taxi de uma frota contratado e pago por uma empresa é produtivo, um "taxista" dono do seu próprio automóvel não produz nem uma partícula de mais-valia². Em *Teorias da Mais – Valia* Marx fornece inúmeros exemplos: O *Literaturproletarier* de Leipzig (centro editorial alemão historicamente importante) é produtivo; o poeta Milton é improdutivo. Uma cantora ao cantar não é produtiva. Mas se canta sob contrato com um empresário, é produtiva. Se vende por sua conta nas ruas o seu canto, volta a ser improdutivo. Um palhaço, se empregado por um empresário de circo, é produtivo, embora produza piadas e

² Restaria hoje investigar o trabalho uberizado e a subordinação real do motorista à empresa do aplicativo, ainda que o trabalhador use seu próprio automóvel.

piruetas consumidas pelo público e satisfazendo uma necessidade espiritual de rir e se divertir; o vendedor dos bilhetes de entrada não é produtivo.

Pode-se concluir que Marx considera, na primeira seção do volume II de *O Capital*, todo o trabalho produtivo como aquele que se subsume formalmente à esfera do capital produtivo e é organizado de modo especificamente capitalista. Esta definição não diz respeito ao conteúdo produzido mas às funções reais de produção, seja na fase de produção do capital, seja nos momentos de prolongamento dessas funções na circulação (custos de conservação e transporte), como vimos.

Mas embora o cerne da questão não diga respeito à materialidade da mercadoria, no que tange aos serviços cuja finalidade *não* é o próprio fim útil colimado, mas meio para outro fim, como a educação, segurança, saúde, etc, embora possam ser economicamente produtivos, a sua contribuição ao produto social não pode ser mensurada como a dos serviços de transporte, por exemplo (Toneladas/km) (Singer, 1988, 11; Marx, 1975, 99).

Desde os fisiocratas (que acreditavam ser o trabalho agrícola que sustentava toda a sociedade) os economistas se preocuparam com o fato de que muitos trabalhavam para o sustento de alguns. Numa extensão à tradicional definição de trabalho produtivo dos fisiocratas, Adam Smith já tecia considerações sobre o caráter produtivo do trabalho (especificamente do ponto de vista do capital):

“Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo”. (Smith, 1988, 252).

Certamente, se por um lado todo trabalhador que cria bens de uso (e não só os agricultores, como queriam os fisiocratas) é produtivo, por outro lado Adam Smith exclui os trabalhadores do setor de serviços de um modo geral:

“O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos. Seu serviço, por mais honroso que seja, não produz nada com o que igual quantidade de serviço possa posteriormente ser obtida. A proteção, a segurança e a defesa da comunidade, o efeito do trabalho dessas pessoas, neste ano, não comprarão sua proteção, segurança e defesa para o ano seguinte”. (Smith, 1988, 253).

Vincula-se aqui a produtividade do trabalho à criação de um excedente econômico incorporado em bens materiais, pois a acumulação pressupõe a capacidade de reprodução ampliada dos meios necessários à continuidade do processo de produção. Esta ampliação advém do produto excedente criado pelos trabalhadores ser em parte gasto para sustentar as funções improdutivas da sociedade (segurança, governo, justiça, etc), em outra parte reinvestido na produção: uma constitui o fundo de consumo da sociedade, outra o seu fundo de acumulação.

A consideração do setor de serviços por Adam Smith suscita muitos problemas que o levaram a vincular erroneamente a produção de excedente apenas aos trabalhos que se fixam em bens materiais, estabelecendo uma celeuma entre a contribuição do trabalho produtivo à sociedade (ao capital social) e à empresa sob a qual se organiza (capital individual). Ele está certo em duvidar da contribuição dos serviços citados ao produto social, mas não pode duvidar de sua contribuição ao capitalista que os emprega. No caso, ele parece se referir a serviços públicos, sempre improdutivos. Mas tais serviços não precisam ser organizados pelo Estado, necessariamente.

Em primeiro lugar, a imaterialidade do efeito útil dos serviços (consumido ao mesmo tempo em que é produzido) torna-o imensurável para efeito de rentabilidade do capital social. Em segundo lugar, parece claro que um serviço de segurança pode ser produtivo para a rentabilidade do capital de uma empresa de segurança - Adam Smith tenta esquivar-se dessa dicotomia abordando um trabalhador de serviços somente como um “autônomo” (relação vendedor - consumidor) e não como assalariado inserido em relações capitalistas de produção.

Contudo, transparece a necessidade social de certos serviços, o que nos leva a deduzir que uma atividade é produtiva *economicamente* sob o aspecto da geração de valor e socialmente necessária sob o aspecto da utilidade para a satisfação de anseios humanos indispensáveis à própria reprodução da sociedade³. Sob o primeiro aspecto, depende do trabalho estar subordinado a uma empresa capitalista para gerar mais-valia (assim, qualquer tipo de serviço público, por exemplo, é improdutivo, embora possa ser necessário socialmente).

³ Para uma visão diferente desta, vide pesquisa de Vera Cotrim, na pós graduação, área de História Econômica, da Universidade de São Paulo.

A questão da produtividade social alude ao conceito de “das Kapital im allgemeinen” (capital em geral) ou gesellschaftlichen Gesamtkapital (o capital conjunto). O ponto de vista do capital total é o do capital industrial, posto que trata-se do capital tomado no seu processo global de produção, circulação e reprodução. Lembremos que o capital só se acumula quando há a realização dos seus resultados. Ou seja, embora o trabalhador coletivo de uma empresa crie o valor de sua força de trabalho e a mais valia, esta é acumulada na medida em que é gasta na compra de novos meios de produção, por exemplo.

Há uma contradição entre as necessidades sociais e econômicas. Assim, a empresa pode realizar suas mercadorias (vendê-las) em parte para obter lucro, em parte para satisfazer demandas sociais. Mas há uma parcela de trabalhos produtivos que são inúteis para a sociedade e há uma parcela de trabalhos improdutivos que são úteis para a sociedade.

Eis que emerge um problema: como estabelecer as necessidades humanas em geral sem recorrer a um paradigma ideológico e questionável? Lúcio Kowarick exprime a problemática tentando não se pautar tão somente por estímulos extra-econômicos:

“Contudo, pelo menos em tese, parece ser possível vislumbrar a partir de uma análise científica e não apenas ético-moral, um conjunto de bens e serviços mais voltados a satisfação das necessidades humanas, em contraposição a um outro conjunto voltado para manutenção e expansão do sistema capitalista (...). Para estudar a problemática em pauta, parece necessário abordar a questão sob o ângulo da reprodução ampliada do capital, analisando as novas modalidades de trabalho produtivo que certamente não podem se restringir ao trabalhador que diretamente transforma um objeto inerte numa mercadoria com valor, mas, por outro lado, a análise deve centrar-se também sobre as finalidades sociais do bem produzido”. (Kowarick, 1978, 90).

De qualquer maneira permanece o problema de como estabelecer quais finalidades são sociais. Lipietz (1988, 83-5), por exemplo, considera a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo metafísica.

Da mesma forma, um operário que produz um Rolls-Royce é produtivo, pois sua força de trabalho é paga pelo capital variável de uma montadora de veículos, mas o resultado útil do seu trabalho é pago normalmente pelo rendimento de um capitalista que é sempre improdutivo. Aqui temos uma outra contradição que não

diz respeito à finalidade social do produto apenas, mas ao fato de que ele não realimenta a acumulação do capital social total. No caso do Rolls - Royce, o efeito do trabalho não é necessário a nenhum processo de trabalho de outra unidade empresarial, pois não se relaciona ao consumo da classe trabalhadora e sim aos custos de representação do capital (a pessoa do capitalista).

Além desta problemática, cumpre observar que a subordinação dos serviços ao capital, ao menos na maioria dos casos, é meramente formal. Por fim, os serviços que são meios para a obtenção dos fins propostos (segurança, educação, medicina etc.) impõem novos questionamentos, pois: *”Trata-se de serviços cuja atividade não é o fim útil colimado, mas apenas um meio para se atingir determinado objeto”* (Singer, 1988, 11).

O transporte de mercadorias, por exemplo, é imediatamente produtivo, pois cria um serviço que constitui parte de um processo produtivo de outra unidade empresarial - mesmo quando se organiza numa outra empresa (terceirização). É uma fase de um mesmo processo de produção. O transporte de pessoas ligadas à produção depende da finalidade do mesmo e é, em geral, produtivo, pois altera o valor de uso (e de troca) da mercadoria força de trabalho, a qual precisa se deslocar espacialmente da moradia ao local de trabalho, à escola (para agregar ao seu próprio valor de uso conhecimentos técnicos), aos armazens em que se encontram os bens de consumo indispensáveis, ao médico etc.

Serviços Educacionais e Necessidades sociais

Além da mais valia, o referencial para o conceito de trabalho produtivo é o valor de uso da mercadoria que esse trabalho produz (sua capacidade de satisfação de necessidades humanas), o que diz respeito a qualquer forma histórica de produção. Mas se é clarividente o valor de uso acrescido a um bem material (por exemplo, um pedaço de madeira e metal transformados pelo trabalho num martelo) como designar quais serviços são necessários, ou seja, em face das necessidades humanas “espirituais” e que, portanto, aumentam o capital da sociedade?

Um escritor autônomo, por exemplo, tem seu próprio ritmo de trabalho e é difícil revolucionar a técnica para se aumentar a sua produtividade, logo, é improdutivo pois participa de uma produção não-capitalista de mercadorias. Se sua

subordinação ao capital é formal, como a dos empregados domésticos, músicos, atores etc, ele é produtivo. Se considerarmos um laboratório de redação de livros sob os auspícios de uma editora, ou uma companhia de teatro privada ou uma orquestra explorada por um capitalista, os serviços serão *economicamente* produtivos (para o capitalista que os explora), mas ainda assim sobraria a questão de como se pode aferir esta produtividade, já que não há produção de bens materiais (não falamos do suporte material das mercadorias, como os livros impressos que, a rigor, são resultado do trabalho produtivo de outros operários, os gráficos).

O fato de que os serviços educacionais, por exemplo, só possam ser subordinados ao modo de produção capitalista *formalmente* levou Saviani a criticar qualquer distinção entre trabalho produtivo e improdutivo relacionado ao fazer pedagógico. Isto, diz o autor, teria “o efeito prático de dividir os professores”, pois colocaria de um lado os das escolas particulares que geram mais-valia e de outro os do ensino público, “improdutivos”. Além disso, tal distinção seria uma “imprecisão teórica”:

“Ora, essas distinções são equivocadas porque o que diferencia, propriamente, o trabalho produtivo do improdutivo é o fato de gerar mais-valia. Portanto, o trabalho produtivo, independentemente de gerar ou não riqueza material, independentemente de produzir ou não bens utilitários ou supérfluos, ele é produtivo na medida em que gera mais-valia”. (Saviani, 1984, 79).

Essa divisão da classe trabalhadora tinha sido lembrada por Paul Mattick: “Na medida em que este (o capital) possui o domínio da produção e da circulação dos bens, os trabalhadores em geral, quer numa das esferas quer na outra, opõem-se-lhe como inimigos. Desde então, é absurdo reservar só aos trabalhadores produtivos a possibilidade de serem dotados duma consciência de classe revolucionária, E isto tanto mais que o carácter «produtivo» só tem sentido no contexto das relações de exploração capitalistas, perdendo qualquer espécie de significado numa sociedade socialista. A partir do momento em que já não se trata de criar mais-valia, o problema da sua realização e repartição desaparece e, com ele, a distinção — própria ao capitalismo — entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo”. (Mattick, 1971).

A distinção de Saviani, ancorada no *Capítulo VI Inédito* de Marx, é politicamente correta acerca do trabalho *economicamente* produtivo numa empresa, mas não atenta para o trabalho que acrescenta valor ao produto social. Ou seja, o

trabalhador da educação gera mais valia numa empresa escolar, mas não no Estado. Pois naquele caso, seu salário é pago pelos compradores de aulas e no Estado é pago com os impostos (parte alíquota da mais valia social).

Evidentemente, esta distinção precisa ser revista na atualidade. Em ambos os casos, o trabalhador que estuda valoriza sua força de trabalho, seja na escola privada ou particular. No caso de empresas estatais que produzem bens materiais, a situação é ainda mais evidente. Uma petrolífera do Estado gera sua própria receita, seus lucros, paga seus trabalhadores e os explora, ainda que juridicamente (e só juridicamente) tenha participação acionária dominante do Estado. Ela é diferente das atividades da administração direta, burocrática. De toda maneira, este é um assunto a ser melhor estudado.

Desse ponto de vista, a produção de armamentos é produtiva, mas desnecessária, pois nada acrescenta à apropriação da natureza pelos seres humanos (processo de trabalho) e nem corresponde às necessidades ontológicas da humanidade.

O armamentismo se tornou uma outra fonte de debate acerca do trabalho produtivo. Por se tratar de uma produção destrutiva e que visa a guerra, não há consenso a este respeito. Mas afirmar que a produção de armamentos é em si mesma improdutiva é recair no “lumpenmarxismo” (Nagels, 1979, II: 110). A questão não deve ser situada na finalidade da produção, ainda que Marx por vezes tivesse feito afirmações sobre a utilidade ou não de certos produtos. É que o critério válido continua sendo o da produção de mais valia por trabalhadores submetidos a um capital privado. Rosa Luxemburgo não estava incorreta ao citar os impostos como fonte de gastos militaristas e o papel de tais gastos como solução provisória para o problema da realização de parte da mais valia (Gomes: 2011).

Armas satisfazem necessidades insuportavelmente humanas, ainda que historicamente determinadas e que poderiam desaparecer. As armas fazem parte do Departamento II (o que produz bens de consumo). Para Marx há trabalhos que são produtivos mesmo quando as mercadorias produzidas são consumidas improdutivamente. O exemplo de Marx são mercadorias de luxo (voltamos ao Rolls Royce). Elas integram um consumo improdutivo, pois não voltam ao processo produtivo nem como meios de produção físicos e nem como parte integrante do consumo necessário da classe operária. Paul Mattick corrobora isso: “A produção de materiais de guerra, na qual se emprega uma parte dos trabalhadores das empresas

capitalistas, permite a estas fazer lucros e aumentar o capital. O trabalho executado nesta base é portanto um trabalho produtivo. Contudo, é o Estado quem adquire o produto com o dinheiro provindo do imposto e do empréstimo, ou seja, tirado dos salários e lucros ligados à produção social global. A mais-valia extraída no sector da produção de guerra não pode ser «realizada» senão diminuindo a mais-valia extraída noutro sector. Do ponto de vista social, o trabalho dispendido na produção de guerra é trocado, não por capital, mas por salários e lucros. Assim, mantém-se improdutivo... (Mattick, 1971).

A leitura da seção I do volume II de *O Capital* esclarece a distinção que já assinalamos aqui, indispensável para também discernirmos o que é *produtivo* para o capital do que é *necessário* para a sociedade (o silêncio sobre esta questão suscita a celeuma, do ponto de vista político, corroborando a fetichização de categorias econômicas e a eternização das necessidades do processo de valorização, porque confundidas com as do processo de trabalho. Se afirmarmos que tudo é necessário na atual forma de sociabilidade capitalista, perdemos de vista a possibilidade objetiva de uma outra forma de sociabilidade.

Categorias de Serviços

Os serviços se dividem em duas categorias. Há aqueles cujo efeito útil consiste na sua própria execução e que agregam valor a outros produtos (transporte de mercadorias, distribuição etc). Há outros cuja subsunção ao capital é formal como educação, segurança saúde etc. Alguns poderiam ser considerados inúteis. Vejamos.

Até que ponto um serviço de segurança satisfaz uma necessidade humana ou mesmo funções como marketing, advocacia, propaganda, produção de armas etc? Trata-se de atividades necessárias na sociedade de classes, mas em si e por si mesmas inúteis, dispêndios improdutivos da riqueza social (cérebros dedicados à pesquisa militar poderiam se dedicar à pesquisa científica ligada à satisfação de necessidades humanas); como diz Marx:

“Socialmente considerada, a produtividade do trabalho cresce também com sua economia. Esta inclui não apenas economizar meios de produção, mas evitar todo trabalho inútil. Enquanto o modo de produção capitalista impõe economia em todo

negócio individual, seu sistema anárquico de concorrência produz o mais desmesurado desperdício dos meios de produção sociais e das forças de trabalho, ao lado de inúmeras funções agora indispensáveis, mas em si e para si supérfluas” (Marx, 1983, v. I, T.2, 120).

Mesmo os trabalhadores que produzem os suportes materiais dos bens de uso imateriais (desde que inseparavelmente) como livros de Direito Penal ou fetiches religiosos, para usarmos exemplos de Marx, podem ser socialmente inúteis: “O fato é que estes trabalhadores verdadeiramente são produtivos na medida em que aumentam o capital de seu patrão; improdutivos no que concerne ao resultado material do seu trabalho” (Marx, 1987, V. I, 214). Mas essa distinção é inteiramente arbitrária, afinal por que “fetiches” religiosos seriam superados numa sociedade comunista? E a pesquisa de armamentos não gerou benefícios na inovação de produtos não bélicos?

Marx discerne a produtividade quanto à rentabilidade do capitalista e quanto ao resultado ou efeito útil do trabalho. Trabalhadores socialmente dispensáveis podem tornar-se produtivos ao terem suas atividades reorientadas: a conservação de estoques na esfera da circulação, por exemplo, desde que socialmente planejada para fazer provisões necessárias, pode ser produtiva, desgarrada da intencionalidade especulativa ou da involuntariedade determinada pelas oscilações do mercado, onde atualmente o estoque propriamente dito é função das vendas. (Nagels, I: 1978, 232). O próprio capital tende a buscar estoque zero com novas formas de contabilidade e controle (como *just in time*).

Uma contabilidade nacional socialista levaria em consideração não somente as fórmulas de Marx acerca da mais valia, taxa de lucro etc. A contabilidade marxista só considera investimento a compra de novos bens de capital fixo. O rendimento nacional se divide entre valor pago aos trabalhadores e a mais valia. É claro que é preciso levar em conta: fundo de consumo da classe trabalhadora produtiva e improdutiva; fundo de consumo da burguesia; gastos da burguesia com artigos de luxo; fundo de acumulação capitalista; despesas líquidas de circulação; despesas militares; receitas líquidas do comércio etc (Nagels, 1979, II: 120). Há que se considerar ainda o capital variável no Departamento I e II; Mais Valia destinada à aquisição de meios de produção; mais valia destinada à contratação de novos operários; relação de mais valia acumulada e mais valia total (ou como diz Joseph Gillman: entre mais valia líquida e bruta) etc.

Mas o que importa é que as deduções improdutivas, os investimentos no comércio e os lucros comerciais, como já vimos, são transferências da mais valia social. A Mais Valia líquida adviria da subtração de salários de trabalhadores improdutivos, impostos e custos de circulação da Mais Valia Bruta.

O conceito de excedente potencial de Paul Baran, apesar das insuficiências teóricas para outros fins, parece funcional para esclarecer essa distinção, porque expressa a diferença entre a massa de mais-valia social (excedente econômico) e o excedente efetivo (deduzidos os *faux frais*): “O excedente econômico potencial é a diferença entre o produto social que poderia ser obtido (...) e o que se pode considerar como consumo indispensável” (Baran, 1972, 313).

Para transformar o excedente potencial em excedente efetivo a sociedade precisaria reorganizar-se, evitando uma série de gastos improdutivos, segundo Baran. Além disso ele não olvida que certas funções mantidas pelo excedente social (*faux frais*) tornar-se-iam necessárias e até seriam incrementadas numa sociedade planejada racionalmente:

“Participa também desta característica outro grupo de trabalhadores que se não inclui dentro de nossa definição de trabalho improdutivo. Cientistas, médicos, artistas, professores e pessoas com profissões semelhantes às indicadas vivem do excedente econômico, mas exercem uma atividade cuja procura, em uma sociedade racionalmente organizada, longe de desaparecer, seria multiplicada e intensificada de maneira sem precedente”. (Baran, 1972, 323)

Vivem mesmo do excedente? Mas educação e saúde não compõem o tempo de trabalho necessário? Não agregam valor à força de trabalho? Aqui Baran comete equívoco formal ao considerar tais atividades necessárias, porém mantidas pelo produto-valor excedente, como nota Singer (1981). Por exemplo: no caso de vacinas em operários, é possível computar em diminuição da média de faltas ao ano o quanto uma empresa economiza com a prevenção da gripe de seus funcionários. O trabalho do profissional de saúde neste caso é produtivo e agrega valor à força de trabalho de outros trabalhadores, pois ele custa menos para seu patrão ou em termos marxistas: aumenta a produtividade, pois é encurtado o tempo de descanso resultante das faltas abonadas por médicos⁴.

⁴ O trabalho reprodutivo não pago da mulher não deveria ser levado em conta na produção da força de trabalho? Numa sociedade planejada, sem dúvida.

Marx previu que numa sociedade planificada, parte do produto excedente permaneceria para satisfazer determinadas necessidades sociais, seja devido ao incremento das exigências humanas, seja por uma necessidade técnica da produção, como os elementos do capital adicional necessário para a continuidade do processo produtivo (obviamente, não mais devido a um tempo de circulação, mas sim de transporte, distribuição e formação de estoques na forma de fundo de consumo e reserva para a produção principalmente na fase de transição socialista; assim desaparece o estoque propriamente dito, mas esse tipo de argumentação tem mais fundo utópico do que científico, pois ignora a convivência da economia de mercado e do socialismo por longo período histórico). Os elementos hoje constitutivos do excedente, mas necessários numa sociedade regulada, torna-se-iam parte do produto necessário:

“Por um lado, porque as condições de vida do trabalhador tornar-se-iam mais ricas e suas exigências vitais maiores. Por outro porque parte do atual mais-trabalho contaria como trabalho necessário, a saber, o trabalho necessário para a criação de um fundo social de reserva e acumulação”.(Marx, 1983, v.I, t.2, p.120).

Mas atualmente a lógica macroeconômica do capital em geral se expressa invertida nos movimentos particulares dos vários capitais. A lucratividade de um capital investido na circulação, por exemplo, representa uma dedução do capital em geral como vimos anteriormente.

O Professor é Produtivo

Marx, é verdade, nutria reserva em relação a certos serviços (como educação), desacreditando na possibilidade de sua subordinação real ao capital, ou seja, “embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os comparamos com a massa de produção capitalista.” (Marx, 1975, 99). Escreveu mais sobre a produtividade do professor apenas do ponto de vista do capital individual (Marx, 1983, v.I, t.2, p.106). Talvez porque muitos serviços ainda na atualidade trocam-se por renda, pois não são organizados de forma capitalista. Professores particulares, cabeleireiros autônomos, *personal trainers* etc. Estes casos lembram muito mais tarefas que são pré-capitalistas. O trabalho realizado sob a rubrica de outros modos de produção não é produtivo nem

improdutivo. Na verdade pertence a uma terceira categoria não analisada por Marx (Gough, 1972).

Embora Marx considerasse o trabalho do professor improdutivo quando confrontado com os alunos (estes pagam pelo serviço “aula” e dão em troca renda, ou seja, dinheiro como meio de troca e não como capital), o mesmo trabalho seria produtivo do ponto de vista do capital do dono da escola. Mas no século XXI o que o aluno paga na maioria das vezes é dinheiro como meio de troca, mas não para o professor e sim para o dono da escola. É ele quem vende a mercadoria “aula” ao aluno.

O professor vende sua força de trabalho ao empresário escolar e não ao aluno. Por circunstâncias alheias à vontade do capitalista, o professor e a aula (se presencial e não gravada) são inseparáveis e a relação entre aluno e professor não pode, portanto, ser vista nem como produtiva nem improdutivo, é apenas uma relação humana⁵. Enfim, nem tudo é subsumido ao capital. A aula, numa sociedade não capitalista, pode ter como finalidade apenas o incremento espiritual dos indivíduos, sem nenhum valor econômico. Isso fica evidente com a progressiva desqualificação do trabalhador, a simplificação de tarefas e a baixa qualidade da educação programada pelos governos.

Decerto, se excetuarmos alguns serviços que na verdade são tarefas produtivas que se prolongam na esfera da circulação (transporte de mercadorias, v.gr.) é praticamente imensurável a contribuição da maioria dos serviços para efeito da contabilidade do produto social. Sabemos o quanto (em valores monetários) o transporte de uma mercadoria a encarece. Sabemos que o profissional mais educado realiza tarefas mais difíceis, mas não é isso que faz dele necessariamente mais produtivo, pois a simples introdução de maquinaria mais simplificada que pode ser manipulada por um trabalhador menos qualificado aumenta a produtividade.

Por outro lado, os serviços de medicina preventiva são realmente necessários para trabalhadores qualificados a fim de impedir faltas no trabalho, por exemplo. É o caso de vacinas contra a gripe nos operários, como já foi citado. A educação é parte do conhecimento necessário para certas tarefas e também integra o valor da

⁵ No século XX apareceram aulas gravadas em fitas como produtos físicos à venda. E com o ensino à distância e a gravação prévia de aulas em vídeos que depois são exibidos várias vezes, aquela relação mudou.

mercadoria força de trabalho, ainda que a tendência seja a facilitação de tarefas manuais.

Vimos que Marx parte do resultado mensurável (material) do trabalho ao estabelecer a produtividade do ponto de vista do crescimento global do produto social. Logo, os serviços serão produtivos *do ponto de vista do capital social* à medida em que acrescentam valor de uso a alguma mercadoria, ou seja, quando é fator essencial da reprodução do capital de uma empresa. Quando se trata de um serviço como educação, arte, cultura e assemelhados há imensa dificuldade de se imaginar a contabilização da sua contribuição para o capital social, embora se possa calcular perfeitamente sua contribuição para o capital da empresa que contrata o artista, o escritor ou o professor. De novo voltamos à velha contradição inerente a certos serviços. Eles são produtivos para as empresas sob as quais se realizam, mas sua contribuição ao produto do capital combinado de toda a sociedade não pode ser mensurada.

Mattick afirma que “Na verdade, entre estas profissões muitas há (professores, médicos, investigadores científicos, actores, artistas e outros) cujos membros, não deixando nunca de produzir única e exclusivamente serviços, continuam no entanto a ser empregados e ocasionam lucro ao empresário que lhes dá trabalho. Esta a razão por que este trabalho que foi pago é considerado pelo empresário como produtivo, visto que lhe permitiu realizar um lucro, valorizar o seu capital. No entanto, para a sociedade, este trabalho mantém-se improdutivo, na medida em que o capital que assim foi valorizado representa uma certa parte do valor e da mais-valia criada na produção”. (Mattick, 1971).

Conclusão

Nagels (1979, II: 147) sugere que seja possível discernir as atividades improdutivas do Estado em dois tipos: totalmente improdutivas e indiretamente improdutivas. As primeiras dizem respeito a funções policiais, jurisdicionais e militares entre outras. O segundo tipo abrange gastos com educação, saúde, infraestrutura, cultura etc.

Aqui já não se trata de submeter o conceito de trabalho que seja produtivo para o capital social a um paradigma apriorístico e inverificável. Embora a quantificação

seja difícil, hoje já é possível medir a relação de investimentos na educação com o crescimento econômico no longo prazo.

Mas talvez fosse melhor imaginar sua contribuição para a elevação do espírito humano e não para a economia capitalista.

Bibliografia

Baran, P. “O Conceito De Excedente Econômico”, In Horowitz,D.(Org.) *A Economia Moderna E O Marxismo*. Rio: Zahar, 1972.

Gomes, Rosa R. S. R. Acumulação do Capital: militarismo e colapso. *Mouro*, N. 4, São Paulo, janeiro de 2011.

Gough, Ian. Marx’s theory of productive and unproductive labour. *New Left Review*, 1/76, novembro – dezembro de 1972.

Kowarick, L “Trabalho Produtivo E Improdutivo: Comentários Sob O Ângulo Da Acumulação E Da Política”, In Villalobos,A. Et.Al. *Classes Sociais E Trabalho Produtivo*. Rio: Paz E Terra/ S. Paulo: Cedec, 1978.

Lipietz, A. *O Capital e Seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.

Luxemburg, R. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Marx, K. *Capítulo Inédito D’o Capital*. Porto: Escorpião, 1975.

Marx,K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Mattick, P. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo, 1971.

Nagels, J. *Trabalho Coletivo E Trabalho Produtivo*. Lisboa: Prelo, 1978-1979, dois volumes.

Saviani, D. *Pedagogia Histórico-Crítica - Primeiras Aproximações*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1991.

Saviani, D. *Ensino Público e Algumas Falas Sobre A Universidade*. São Paulo: Cortez /Autores Associados, 1984.

Singer, P. “Trabalho Produtivo E Excedente”, In *Revista De Economia Política*, V.I, Número 1. São Paulo, Jan./Mar. De 1981.

Singer, P. et.al. *Prevenir E Curar*. Rio: Forense, 1988.

Smith,A. “A Acumulação de Capital ou o Trabalho Produtivo e Improdutivo”, In *A Riqueza Das Nações*. 3ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.